

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.403.881 - SP (2018/0304753-7)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : IBRAQUIM TECNOLOGIA LTDA
AGRAVANTE : ANA CRISTINA ARAUJO OLIVEIRA TAKIKAWA
ADVOGADO : MÁRIO SEBASTIÃO CÉSAR SANTOS DO PRADO E
OUTRO(S) - SP196714
AGRAVADO : DELQUIMICA COMERCIAL LTDA
ADVOGADOS : REMO HIGASHI BATTAGLIA - SP157500
MARCELA DE BRITO ROSA - SP380056
INTERES. : SEIJI TAKIKAWA
ADVOGADO : MÁRIO SEBASTIÃO CÉSAR SANTOS DO PRADO E
OUTRO(S) - SP196714

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por IBRAQUIM TECNOLOGIA LTDA e ANA CRISTINA ARAUJO OLIVEIRA TAKIKAWA, contra decisão que inadmitiu recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.º 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Mediante análise do recurso de IBRAQUIM TECNOLOGIA LTDA e OUTRO, a parte Recorrente não procedeu à juntada da procuração e/ou cadeia completa de substabelecimento conferindo poderes ao subscritor do agravo e do recurso especial, Dr. Mário Sebastião César Santos do Prado.

É firme o entendimento do STJ de que a ausência da cadeia completa de procurações impossibilita o conhecimento do recurso (Súmula n. 115/STJ).

Ainda, percebeu-se, no STJ, haver irregularidade na representação processual do recurso. A parte, embora regularmente intimada para sanar referido vício, não regularizou.

Não se desconhece a petição de fls. 139/331, trazida aos autos em razão do despacho oportunizando a regularização do feito. No entanto, ela não pode ser conhecida

para os fins a que se destina, uma vez que protocolizada fora do prazo assinalado, ocorrendo a preclusão temporal da prática do ato. Dessa forma, o recurso não foi devida e oportunamente regularizado.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte recorrente, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Ante o exposto, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente